

# **PROJETO DE LEI N.º 2.445, DE 2011**

(Do Sr. Reinaldo Azambuja)

Acrescenta o art. 42-B e parágrafo único à Seção V do Capítulo V da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".

#### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

# **APRECIAÇÃO:**

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD Art. 1º A Seção V do Capítulo V da Lei nº 8078 de 11 de setembro de 1990 passa a vigorar acrescida do Art. 42-B e Parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 42-B. Não serão cobrados juros moratórios, nem multas ou, quaisquer acréscimos, quando o consumidor não receber, antecipadamente, em domicílio o boleto bancário correspondente, pela ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

Parágrafo único. Para efeitos de aplicação do disposto no *caput* do artigo são considerados casos fortuitos ou de força maior os impedimentos de entrega decorrentes de greve dos Correios e catástrofes naturais que impeçam o acesso ao domicilio do devedor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

O transtorno causado ao consumidor/devedor quando não recebe em seu domicílio os boletos bancários em dias anteriores aos seus respectivos vencimentos, sendo-lhe imputados juros e demais acréscimos, mesmo não podendo ser debitada nenhuma culpa.

Tais ocorrências acontecem sempre que os Correios deflagram greves que paralisam a entrega das correspondências.

Ocorre igual situação quando das catástrofes da natureza, que impedem o acesso para a referida entrega.

Só pode ser penalizado, nos termos do Código Civil, quem age com culpa ou dolo, o que não é o caso do consumidor/devedor quando submetido às situações acima referidas.

Trata-se, pois, de um direito do consumidor, que por estar disposto em lei, nunca lhe é deferido.

Pela importância e relevância da matéria, espera-se o apoio de todos os dignos Parlamentares.

Sala de Sessão, em 04 de outubro de 2011.

Reinaldo Azambuja

Deputado Federal

PSDB/MS

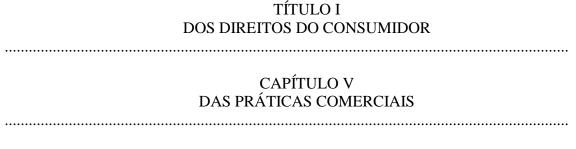
## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

#### **LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:



#### Seção V Da Cobrança de Dívidas

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente. (Artigo acrescido pela Lei nº 12.039, de 1/10/2009)

#### Seção VI Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores

- Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.
- § 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.
- § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

- § 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- § 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
- § 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

#### **FIM DO DOCUMENTO**